

COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Senhores Ministros,
Senhora Procuradora-Geral,

O cenário de obras públicas paralisadas no Brasil, já considerado um problema crônico, tem trazido impactos negativos tanto na prestação de serviços essenciais à população quanto na gestão dos recursos públicos. Nos últimos anos, esta Casa tem reforçado sua atuação nessa área, com ações de controle, auditorias temáticas e parcerias com outras instituições.

Uma das principais iniciativas do TCU para enfrentar essa situação é o Painel de Obras Paralisadas, criado em 2020 com o objetivo de dar mais transparência, identificar os problemas e auxiliar na busca de soluções. Tal plataforma reúne, organiza e divulga, semestralmente, dados sobre as obras financiadas com recursos federais.

A propósito, informo que esse Painel foi atualizado com dados até abril de 2025 e, no geral, os números atuais são semelhantes aos registrados em 2024. O cenário permanece preocupante: 11.469 obras paralisadas, o que representa 50,7% do total. Em outras palavras, uma em cada duas obras com dinheiro federal está paralisada ou inacabada.

As áreas da Educação e da Saúde são as mais afetadas: juntas, somam 8.053 obras paradas, equivalentes a 70% do total. Isso mostra que os esforços de retomada feitos até o momento, embora meritórios, ainda são limitados diante da complexidade do passivo acumulado. E a consequência direta disso é sentida pela população, que sofre com a falta de escolas, creches e postos de saúde – estruturas fundamentais para o dia a dia das pessoas e o desenvolvimento do País.

Entre os estados, os que têm mais obras paralisadas são: Maranhão (1.225), Bahia (926), Pará (889), e Minas Gerais (874). Isso mostra que, para melhorar o cenário nacional, é necessário concentrar esforços especialmente nessas regiões.

Financeiramente, já foram investidos R\$ 15,9 bilhões em obras atualmente paradas, o que dá uma ideia da dimensão dos recursos públicos federais que serão desperdiçados caso esse problema não seja devidamente tratado.

Outro dado preocupante é que muitas das novas obras também já estão paradas. Das 5.505 iniciadas entre abril de 2024 e abril de 2025, aproximadamente 1.200 já se encontram paralisadas, ou seja, 22% do total.

Diante da gravidade desse quadro, o TCU tem desenvolvido diversas ações para ajudar a mudar essa realidade. Uma delas é o monitoramento do Acórdão 2.134/2023-TCU-Plenário, exarado no processo TC-037.127/2023-3, agora de relatoria do Ministro Bruno Dantas, que determinou à Casa Civil da Presidência da República a elaboração de um plano central de gestão da carteira federal de obras públicas, com vistas a assegurar a retomada coordenada e efetiva dos empreendimentos.

Outra iniciativa importante é o acompanhamento da política pública de retomadas das obras da educação, tratado no TC-036.329/2023-1, da relatoria do Ministro Jhonatan de Jesus. Nesse trabalho – realizado em parceria com outros tribunais de contas, a Controladoria-Geral da União e o Ministério Público Federal –, estão sendo usadas tecnologias inovadoras e formas de participação cidadã, com o intuito de melhorar a coleta de informações e evitar novas paralisações.

Ademais, novas ações de fiscalização já foram programadas para 2025, com o objetivo de aprofundar o entendimento das causas das paralisações e propor soluções.



Diante desse contexto, convido todos a acessarem o Painel de Obras Paralisadas (disponível no endereço “paineis.tcu.gov.br/obrasparalisadas”), uma ferramenta que mostra o compromisso do TCU com a transparência, ajudando a sociedade a acompanhar de perto a situação dessas obras. O painel é um passo importante para que todos – governo, instituições de controle e cidadãos – possam atuar juntos na solução dessa questão que afeta milhões de brasileiros.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza,
em 30 de julho de 2025.

MINISTRO VITAL DO RÊGO
Presidente